

## CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE ACERCA DA DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

### ECONOMIC GROWTH AND DEVELOPMENT: AN ANALYSIS OF INEQUALITY IN THE BRAZILIAN LABOR MARKET

Elisiane A. Antoniazzi\*  
Augusta Pelinski Raiher\*\*

#### RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar a relação entre a desigualdade do mercado de trabalho versus o crescimento econômico e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. Para isso, inicialmente separou os municípios em crescimento econômico (cuja característica era de deter PIB *per capita* acima da média do país e, ao mesmo tempo, não ter índice Firjan acima de 0,79) e em desenvolvidos (municípios que não tinham PIB *per capita* acima da média do país, mas tinham Índice Firjan acima de 0,79). Como corolário, evidenciou-se uma menor desigualdade no mercado de trabalho (formal e informal) daqueles municípios que buscam o desenvolvimento socioeconômico, com maior ocupação da população economicamente ativa, com maiores rendas para os ocupados no mercado formal e informal, e com menores diferenças salariais entre homens e mulheres.

**Palavras-chave:** crescimento econômico; desenvolvimento; desigualdade; mercado de trabalho.

#### ABSTRACT

This paper had as objective to analyze the relationship between labor market inequalities versus economic growth and the socioeconomic development of Brazilian municipalities. To do this, it initially separated the municipalities in economic growth (the characteristic of which was to hold GDP *per capita* above the country average and, at the same time, did not have Firjan index above 0.79) and in developed ones (municipalities that did not have GDP *per capita* above the country average, but had Firjan Index above 0.79). As a corollary, there was a lower inequality in the labor market (formal and informal) of those municipalities that seek socioeconomic development, with greater occupation of the economically active population, with higher incomes for those employed in the formal and informal market, and with lower differences between men and women.

**Key-Words:** economic growth; development; inequality; job market.

\*Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

\*\*Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## INTRODUÇÃO

A relação entre crescimento econômico e desenvolvimento é amplamente debatida na literatura econômica e passou por diversas modificações ao longo do tempo. Desde as primeiras contribuições no século XVIII até meados do século XX, o crescimento econômico e o desenvolvimento foram tratados como sinônimos ou como uma relação de causa e efeito. Somente a partir dos anos de 1970, especialmente com a publicação de Seers (1970), é que se iniciou um debate acerca da diferenciação destes dois termos.

Destarte, o crescimento econômico é medido através de indicadores monetários, os quais expressam a produção de uma região, em que o PIB – Produto Interno Bruto – é a principal medida utilizada. No caso do desenvolvimento, está ligado às mudanças mais profundas na economia e na sociedade. Ele indica a melhoria do bem-estar ou da qualidade de vida das pessoas, referindo-se à uma melhor distribuição de renda, acesso igualitário a saúde, educação, cultura, lazer, etc.

Neste contexto, muitas vezes uma região pode estar crescendo economicamente, entretanto, seus resultados podem estar concentrados, não se distribuindo entre a população, não gerando aumento de bem-estar, especialmente pela concentração dos fatores de produção. Por isso, a Cepal (2019) infere que a mudança estrutural com vistas ao desenvolvimento deve buscar a igualdade, partindo de uma visão integrada de longo prazo, fomentada por uma genuína vocação de futuro orientada para o exercício pleno de direitos e de potencialidades dos cidadãos. E é neste contexto que o emprego se apresenta como a principal via para a inclusão social e para a garantia de direitos e de níveis satisfatórios de bemestar social.

Se a geração de crescimento econômico estiver atrelada ao incremento de emprego e renda, numa magnitude significativa, com mínimas desigualdades, provavelmente elevará o bem-estar da população, propiciando desenvolvimento. De outro ponto de vista, ambientes com maior desenvolvimento, ou seja, com maior qualidade educacional, de saúde, com oportunidades culturais, dentre outros, tendem a gerar um ambiente mais propício para a formação de capital humano, com a formação abundante de capital social, emergindo oportunidades produtivas locais.

Espaços com apenas crescimento econômico pode ter um mercado de trabalho amplo, mas não necessariamente isso é uma regra, tendo em vista que a atividade produtiva pode ser concentrada, e/ou com produções que não requerem tanta mão de obra, e/ou com atividades demandadoras de mão-de-obra com baixa qualificação, com desigualdades na remuneração.

Neste sentido, a hipótese a ser testada é que em regiões que se tem maior desenvolvimento tendem a ter menor desigualdades no seu mercado de trabalho, independentemente do nível de crescimento econômico que se tenha. Assim, ao considerar regiões com elevado crescimento econômico e com alto nível de desenvolvimento, será que se tem diferenças no que se refere ao desempenho do mercado de trabalho? Para responder a essa questão, o objetivo deste artigo refere-se à análise da relação entre as desigualdades do mercado de trabalho *versus* o crescimento econômico e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros.

De forma específica, separar-se-á os municípios com elevado nível de desenvolvimento (utilizando a *proxy* “Índice Firjan”, com valores acima de 0,79) e os que obtiveram o maior crescimento econômico (*proxy* utilizada será o PIB *per capita* acima da média do Brasil) e não estão inclusos com índice Firjan acima de 0,79. Analisar-se-á indicadores do mercado de trabalho em cada um dos grupos: municípios desenvolvidos e municípios em crescimento econômico, verificando em qual se tem menor desigualdade laboral.

É importante destacar que na literatura que discute a relação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento (Como: Szirmai, 2005; Genereux, 2001; Sant'ana, 2008, dentre outros) se foca especialmente na desmistificação de que o crescimento econômico é sinônimo do desenvolvimento. Entretanto, nesses trabalhos não se faz menção sobre o mercado de trabalho e sua dinâmica em ambientes de intenso crescimento econômico *versus* desenvolvimento socioeconômico. E por isso esse artigo se diferencia dos demais, contribuindo com o avanço do conhecimento nessa área, focando na identificação das desigualdades no mercado de trabalho quando se está em níveis de desenvolvimento diferenciado.

E para isso, esse trabalho está dividido em cinco seções, incluindo esta. Na segunda se faz uma relação entre mercado de trabalho e o crescimento e desenvolvimento econômico. Na sequência, tem-se a metodologia, seguida pela análise empírica, findando com as considerações finais.

## CRESCIMENTO ECONÔMICO VERSUS DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O MERCADO DE TRABALHO

### Crescimento e desenvolvimento econômico

Este tópico realiza uma discussão do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, ideia que, durante grande parte do século XX, orientou políticas governamentais em diversas partes do globo até o surgimento de novas problemáticas no pós-guerra e a questão ambiental nos anos 1960, bem como quando se evidenciou uma crise desse modelo de desenvolvimento e a necessidade de construção de novos padrões de transformação social.

O debate sobre crescimento econômico e desenvolvimento econômico é amplo e com diferentes abordagens sobre o assunto. Mas em um ponto não há discordância, a diminuição da pobreza e da desigualdade em função da ampliação do mercado de trabalho, são fatores para se alcançar o desenvolvimento de determinado local.

A noção de “desenvolvimento” como sinônimo de crescimento econômico, progresso, industrialização e uso intensivo de tecnologia foi, durante muito tempo, concebida como o único caminho para a garantia da qualidade de vida e de um desejável e ilimitado aperfeiçoamento da humanidade.

Essa ideia é concebida na modernidade a partir da Teoria do Liberalismo Clássico, de Adam Smith. O crescimento econômico, para Smith (2008), é uma das principais condições para o alcance do desenvolvimento, ou melhor, é o próprio desenvolvimento. Sua teoria, com enfoque na categoria do acúmulo de excedente de capital, foi aprofundada no século XIX pelas teorias de David Ricardo e Karl Marx.

A discussão sobre crescimento e desenvolvimento ganhou intensidade na década de 1950, pós Segunda Guerra. Até este período os dois termos eram usados quase que de maneira indistinta. Em outros termos, o período pós-guerra foi de intensificação e evolução das teorias de crescimento e de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas que desenvolveram modelos voltados a explicar o fenômeno do crescimento e do desenvolvimento eram de inspiração mais teórica e as abordagens acerca da relação crescimento econômico, desigualdade e pobreza consideravam ambos como sinônimos. Já a segunda corrente era voltada para a realidade empírica e entendia que o crescimento era condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento (SOUZA, 1999).

Especificamente, o surgimento do conceito de desenvolvimento, base para o debate atual, distinto do conceito puro de crescimento econômico, deu-se no período pós-guerra (BOISIER 2001; SACHS 2004), no contexto de reconstrução da Europa.

Sachs (2004, p.30) afirma que o cenário verificado em grande parte da Europa, naquele momento, era o de “uma estrutura fundiária anacrônica, agricultura camponesa atrasada, condições adversas de comércio para as commodities primárias, industrialização incipiente, desemprego e subemprego crônicos, e necessidade de um Estado desenvolvimentista ativo”, condição necessária para enfrentar o desafio de estabelecer regimes democráticos capazes de conduzir a reconstrução do pós-guerra e de superar o atraso social e econômico.

Neste contexto, conclui Sachs (2004, p. 31) que “em grande medida, o trabalho da primeira geração de economistas do desenvolvimento foi inspirado na cultura econômica dominante da época, que pregava a prioridade do pleno emprego, a importância do Estado de bem-estar, a necessidade de planejamento e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos”, com o objetivo de corrigir a falta de visão e a insensibilidade social dos mercados. Nota-se que, embora ainda restrito à dimensão econômica, o conceito de desenvolvimento apresenta uma evolução em relação a estudos de décadas anteriores.

Ainda para Sachs (2004, p. 13): “os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.”

Para Boisier (2001), a publicação que pode ser tomada como marco da distinção de desenvolvimento e crescimento econômico vem do economista britânico Dudley Seers. Ao analisar o artigo publicado por Dudley Seers, Boisier (2001 p.3) verifica que:

Seers, fuertemente inspirado en el pensamiento de Gandhi, sostiene que debemos preguntarnos a nosotros mismos acerca de las condiciones necesarias para la realización del potencial de la personalidad humana, algo comúnmente aceptado como objetivo. A partir de esta pregunta Seers apunta a la alimentación, como una necesidad absoluta (inmediatamente traducida a pobreza y a nivel de ingreso). Una segunda condición básica para el desarrollo personal es el empleo y la tercera, es la igualdad entendida como equidad, aquí por tanto ya se introduce un elemento subjetivo e intangible puesto que el concepto de equidad tiene tales dimensiones.

Observa-se que o autor britânico discute no conceito de desenvolvimento a condição humana, pessoal, e não apenas a condição econômica de um país ou região. Neste sentido, assim como Sachs, também amplia a discussão de desenvolvimento econômico.

Um avanço que se teve na diferenciação do desenvolvimento *versus* o crescimento econômico adveio dos estudos de dois autores: Mahbub ul Haq e de Amartya Sen. Ambos, com o objetivo de tornar o desenvolvimento algo mensurável, desenvolveram, no início da década de 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019), este tem o objetivo de ser um contraponto ao Produto Interno Bruto *Per Capita* (PIB per capita), que até então era o índice mais utilizado para se caracterizar uma região, mas que retrata apenas a dimensão econômica de tal situação.

Sen (2000) define que desenvolvimento econômico implica expansão das capacidades humanas ou aumento da liberdade. A perspectiva do desenvolvimento como liberdade parte da constatação de que o mundo contemporâneo atingiu um alto grau de opulência ao mesmo tempo em que ainda convive com antigos problemas, tais como: a persistência da pobreza, a violação das liberdades

políticas, a fome, entre outros. Superar esses problemas, assim, é um aspecto central do processo de desenvolvimento, que passa a ser avaliado a partir da sua capacidade de eliminar as diversas privações vivenciadas pelos indivíduos. A ideia de privação é vista como restrições que impossibilitam as pessoas de realizarem suas escolhas.

Ou seja, a discussão do desenvolvimento como liberdade é um conceito que busca ampliar a noção do desenvolvimento sustentável na medida em que incorpora a ideia de ampliação da liberdade como elemento central no processo de desenvolvimento.

Na literatura brasileira, também alguns autores discutem os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Furtado (1983) distingue os conceitos de crescimento e desenvolvimento. O autor se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa, a qual não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ele traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social, devendo satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade. Assim, o termo desenvolvimento encontra-se, em geral, associado ao desenvolvimento humano; o processo no qual a sociedade humana busca melhor realizar as suas virtualidades e potencialidades.

Para Souza (1999), a discussão a respeito do desenvolvimento econômico no Brasil tomou forma com os estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951/53) e do Grupo Misto BNDES-CEPAL (1953/55), que forneceram elementos para os planos nacionais de desenvolvimento subsequentes. O autor aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica, como os de Harrod e Domar. Já na segunda estão os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina, que conceitua o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. São exemplos dessa última corrente os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado.

Ao se conceituar desenvolvimento econômico, no pensamento da CEPAL, este se apresenta como resultado da introdução de fatores de produção que possibilitem aumento da produtividade do trabalho. Tais fatores de produção seguem um padrão de competitividade representado pela técnica moderna, que aplicados à estrutura produtiva possibilitam aumentos de produtividade. O aumento da produtividade se alcança através da incorporação dos frutos do progresso técnico ao trabalho, daí se observa o papel determinante do progresso técnico no desenvolvimento econômico (FURTADO, 1961).

Empiricamente, alguns trabalhos demonstram que não necessariamente a intensificação do crescimento econômico gera indução do bem-estar. Este é o caso do estudo de Santo et al. (2017), os quais, ao analisar o nível de desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013, comprovaram uma intensificação da dinâmica econômica da região sem se ter uma melhoria nos indicadores de bem-estar.

A nível internacional, Mukherjee e Chakraborty (2010) investigaram a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano para 28 grandes estados indianos durante quatro períodos: 1983, 1993, 1999-00 e 2004-05. Seus achados ratificam o argumento de que a elevação da renda per capita não se traduz em bem-estar humano, existindo outros fatores importantes nessa dinâmica.

## Mercado de trabalho e desenvolvimento econômico

De acordo com a história do mercado de trabalho no Brasil, até a década de 1930, existia a ausência de regulação nacional, a economia era primária exportadora, havia a predominância da ocupação rural, os mercados de trabalho eram urbanos e regionais, existiam sindicatos de ofício de trabalhadores imigrantes, e não havia negociação coletiva de trabalho (POCHMANN, 2017).

O mesmo autor apresenta a construção do mercado nacional de trabalho entre as décadas de 1940 e 1980, no qual havia uma economia urbana e industrial, tinha-se a transição da ocupação agrária para urbana, com a existência de uma estruturação incompleta do mercado de trabalho, formação dos sindicatos de categoria profissional e de base local, além da cultura do dissídio coletivo de trabalho. Após a década de 1980, pode-se classificar a evolução do mercado de trabalho como: a) 1980 – 2000: desestruturação do mercado de trabalho (elevação do desemprego aberto, da rotatividade e da informalidade); b) 2000 – 2010: reestruturação do mercado de trabalho (redução do desemprego aberto e da informalidade) c) 2015 – dias atuais : desestruturação do mercado de trabalho (elevação do desemprego, da rotatividade e da informalidade) - desindustrialização e avanço da terceirização das ocupações - prática da negociação coletiva de trabalho. Interessante lembrar que no Brasil, o mercado de trabalho apresenta duas fases de regulação: 1 fase - 1943 Consolidação das Leis do Trabalho e 2 fase - 1988 Constituição Federal.

As consequências da construção e da regulação do mercado de trabalho brasileiro começam a ser observadas, a partir dos anos 2000. Estas mudanças ocorreram a partir do crescimento econômico, mas também de políticas públicas voltadas para melhorar as condições de ocupação. Dentre elas, algumas se destacam: maior vigilância e ação do Ministério do Trabalho sobre as situações irregulares pelas empresas e a política de valorização do salário mínimo com importantes efeitos sobre a estrutura salarial. Os resultados dessas novas tendências políticas e econômicas na estrutura da ocupação são significativos e se expressam nos dados relativos a emprego, rendimento, aumento do trabalho registrado e diminuição do não registrado (LEITE e SALAS, 2012).

De maneira mais clara, a melhora do mercado de trabalho sempre é coerente com o ritmo de reação da atividade econômica. Uma economia que cresce pouco, gera poucas vagas de emprego. De toda forma, não se pode desprezar o fato de que a dificuldade em gerar postos formais possibilita que a informalidade seja a principal porta de entrada para aqueles que estão fora do mercado de trabalho.

Todavia, o Brasil ainda permanece longe de ser uma realidade na qual o trabalho assalariado é uma fonte de homogeneização social. No contexto europeu depois da Segunda Guerra Mundial, a sociedade dos assalariados foi acompanhada da extensão do Estado de bem-estar. Já no Brasil isto aconteceu mais tarde e de forma limitada, autoritária e paternalista (Santos, 1993; Reis, 1998; apud Rivero, 2010).

A fragmentação social no Brasil é histórica e há elementos na estrutura do mercado de trabalho que fazem da relação entre informalidade e desigualdade um processo de certa permanência. Fenômenos atuais como a incorporação nos mercados globais, as mudanças tecnológicas e as novas formas de organização da produção, parecem estar contribuindo para acentuar esses processos (RIVERO, 2010).

Diante do exposto, é importante relacionar o mercado de trabalho e o processo de desenvolvimento e crescimento econômico e identificar alguns fatos socioeconômicos que, em muitos aspectos, caracterizam este processo: Aumento da produtividade do trabalho; Diminuição das diferenças

intersetoriais da produtividade do trabalho; Modificações estruturais na produção e na renda; Grau de investimento em Tecnologias; Educação e Mudanças demográficas, dentre outros.

### **Mercado de trabalho, capital humano e produtividade**

A Teoria do Capital Humano (TCH) surge a partir dos anos de 1950 entre os economistas norte-americanos, os quais impactaram fortemente as concepções educacionais. A educação passou a ocupar uma posição importante para a geração de desenvolvimento econômico. Ou seja, esta teoria passou a postular que deveria privilegiar e investir mais em “capital humano” do que em recursos físicos para se alcançar uma maior renda nacional. Levando-se a concluir que esta teoria relacionava o crescimento e o aumento da renda ao grau de escolarização.

Os grandes precursores dessa teoria (SCHULTZ, 1971, 1973; MINCER, 1974 e BECKER, 1993) tem como premissa básica a importância dos investimentos em educação na explicação do crescimento econômico, de modo que este não pode ser atribuído somente às variáveis tradicionais, como no caso do investimento em capital físico (máquinas e equipamentos).

Schultz (1973) define ‘capital humano’ como o montante de investimento que uma nação ou indivíduos fazem na expectativa de retornos adicionais futuros. O fator humano passou a compor a função de produção da teoria econômica marginalista para explicar os diferenciais de desenvolvimento entre países e entre indivíduos.

Importante destacar que não apenas a educação formal (anos de estudo) formaria o Capital humano de um indivíduo, em que, a saúde, a alimentação, a experiência, a cultura, a educação, dentre outros, estariam diretamente relacionadas às habilidades do indivíduo e ao incremento de sua produtividade (SHULTZ, 1973).

Mas de maneira geral, ao analisar os pressupostos clássicos da TCH, pode-se explicitar que os investimentos na área da educacional apresentam-se como uma das mais importantes formas de retorno para o trabalho e para o capital. Isto é, prega e deposita fortemente o investimento na educação como a forma de provocar uma modificação social e no mercado de trabalho.

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social (FRIGOTTO, 1993).

Para a Teoria do Capital Humano, investir nos indivíduos e promover o aumento de sua produtividade pode levar à mobilidade social e melhor distribuição de renda por meio da preparação adequada para o trabalho. Frigotto (1993) afirma que a educação passa a ser definida pelos critérios de mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do “capital humano”, fruto do investimento realizado, para a produção econômica.

Acredita-se que no contexto socioeconômico, as pessoas que se instruem mais recebem, em média, rendimentos mais elevados do que aquelas que se instruem menos, sobretudo quando comparam-se pessoas com a mesma idade.

Dois autores brasileiros ao mencionar o papel socioeconômico da educação, apresentam considerações importantes. O primeiro deles Saviani (1991), apresenta uma crítica a socialização e elaboração do saber, isto é, a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como é preciso se posicionar

diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual a direção que cabe imprimir à questão educacional em uma sociedade. O mesmo autor defende a ideia de que o povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado. O processo de aquisição do conhecimento científico realiza-se por meio da aprendizagem significativa.

O segundo autor, Patto (1990), escreve que o fracasso escolar nas classes populares é explicado no decorrer da história. Inicia-se com argumentos racistas, depois busca apoio na medicina e psicologia, na sequência, a teoria da carência cultural ganha grande aceitação nas instituições escolares e na sociedade em geral. Mesmo com a legislação e as reformas educacionais na tentativa de incluir os mais pobres no cenário da educação brasileira, observa que estes esforços não produziram mudanças significativas e concretas para o alcance de todos a uma escola de qualidade.

No que se refere a produtividade do trabalhador, esta é mais um resultado de condições de emprego do que de atributos do indivíduo, e que os salários são mais uma consequência do poder de barganha de classe do que da produtividade marginal do trabalhador. Com isso, cabe-se enfatizar sobre a relevância do papel socioeconômico da educação para a superação dessa relação reforçando o que tem sido decodificado e levado em consideração a uma concepção crítica, defendida por Antonio Cunha (1977) e Bárbara Freitag (1977) citados por Verhine (1982).

Por exemplo, tratando-se de incorporação dos frutos do progresso da técnica, a indústria representa um setor intensivo em capital, e assim, destaca-se por apresentar elevada produtividade do trabalho, se comparado com outros setores da economia. Os aumentos de produtividade permitidos, principalmente, pelo caráter intensivo em capital da indústria decorrem da inserção de técnicas produtivas que vem se aperfeiçoando em um processo contínuo de progresso tecnológico. Subdesenvolvimento e desenvolvimento não se apresentam economicamente como etapas subsequentes nas transformações estruturais de país, não são estágios que se sucedem, mas sim o resultado de um processo desigual de geração e difusão no progresso da técnica na coletividade mundial (FURTADO, 1961).

Um último conceito a ser apresentado, chama-se “heterogeneidade estrutural (H E)”, que refere-se a existência de diferenciais produtivos inerentes a uma mesma estrutura produtiva, que afeta diretamente o crescimento. Há a coexistência, em uma mesma estrutura produtiva, de unidades produtivas que beiram os líderes mundiais e outras arcaicas pré-capitalistas, com produtividade bastante reduzida. Nestes termos, estuda-se a heterogeneidade estrutural através da produtividade e seus efeitos no tempo. A heterogeneidade estrutural desta maneira agrava os problemas de competitividade sistêmica, gerando um ciclo vicioso de pobreza, baixo crescimento, aprendizagem lenta e mudança estrutural enfraquecida (CEPAL, 2010).

Tema recorrente nos debates econômicos modernos, a heterogeneidade estrutural tem sido considerada a causa para muitos dos problemas vividos nas economias periféricas e presentes no subdesenvolvimento. Aspectos como a desigualdade social, concentração de renda, dificuldade em gerar e difundir inovação têm parte de sua causa nos diferenciais de produtividade existentes na estrutura produtiva e consequente crescimento e desenvolvimento econômico.

## TRATAMENTO DOS DADOS

A metodologia empregada nesta investigação está orientada pela explicitação dos fundamentos teóricos e dos procedimentos investigativos, por meio de um estudo comparado como método de pesquisa.

Segundo Fachin (2001) o método comparativo se consiste em investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Permite a análise de dados concretos e a dedução de semelhanças e divergências de elementos constantes, abstratos e gerais, propiciando investigações de caráter indireto.

A base de dados para esta análise, de forma parcial, é oriunda do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, o qual varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, melhor é o desenvolvimento da cidade. A nota é calculada segundo a análise de três conjuntos de indicadores e tem por base indicadores oficiais do Governo Federal (FIRJAN, 2019). E é classificado conforme o Quadro 1.

**Quadro 1: Índice** Firjan de Desenvolvimento Municipal

Índice	Nível de desenvolvimento
IFDM entre 0,0 e 0,4	Baixo estágio de desenvolvimento
IFDM entre 0,4 e 0,6	Desenvolvimento regular
IFDM entre 0,6 e 0,8	Desenvolvimento moderado
IFDM entre 0,8 e 1	Alto estágio de desenvolvimento

**Fonte:** FIRJAN (2019).

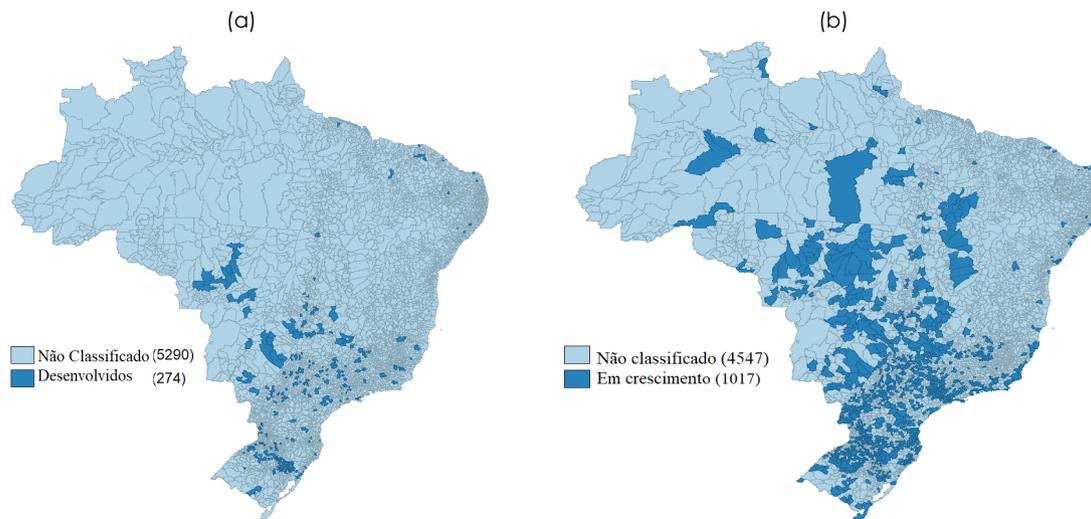
Em Emprego e Renda, o índice leva em conta o quanto a cidade gera de empregos formais, sua capacidade de absorver a mão de obra local, quanto de renda formal é gerada, os salários médios e a desigualdade social. Já em Educação, a Firjan analisa o número de matrículas na educação infantil, a proporção de estudantes que abandonam o ensino fundamental, além da distorção idade-série, o número de professores com ensino superior, a média de aulas diárias e o resultado do Ideb no ensino fundamental. O índice Saúde é calculado, por sua vez, com base no número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e número de internações sensíveis à atenção básica (ISAB). Também foram utilizados dados da RAIS (2019) e do IBGE (2019).

Tendo como objetivo analisar a relação entre as desigualdades do mercado de trabalho *versus* o crescimento econômico e o desenvolvimento socioeconômico inicialmente, separou-se os 5565 municípios, classificando-os em: desenvolvidos e com crescimento econômico.

No grupo dos desenvolvidos, considerou-se todos os que apresentaram em 2016 um índice Firjan acima de 0,79, valor considerado de alto desenvolvimento, mas que não detinham PIB *per capita* acima da média do País (valor igual a R\$ 26.498). Ao todo, foram selecionados 274, conforme Figura 1. Ressalta-se que a classificação de alto desenvolvimento (Índice Firjan acima de 0,79) é uma hierarquização realizada pelo próprio Sistema FIRJAN (desenvolvedor do Índice), e a distribuição espacial do mapa da Figura 1 (a) foi feita por essa pesquisa, por meio do Software Geoda.

Para o grupo dos municípios em crescimento econômico, considerou todos os que obtiveram PIB *per capita* acima da média brasileira e que não detinham Índice Firjan superior à 0,79. Nesse grupo, contou com 1017 municípios (Figura 1), ressaltando novamente que o mapa da Figura 1(b) foi realizado via Software Geoda.

**Figura 1:** Municípios do Grupo dos desenvolvidos (a) e dos em crescimento econômico (b) – 2016



**Fonte:** Resultado da pesquisa, com base em FIRJAN e IBGE (2019).

Após essa classificação, utilizando dados da RAIS (2019), fez-se a média salarial para homens e mulheres do mercado formal, e calculou a escolaridade média dos trabalhadores, além de considerar classes de escolaridade.

Com os dados do Censo (2010, IBGE), calculou-se o rendimento médio da População Economicamente Ativa (PEA) e que estava Ocupada, além de mensurar o percentual da PEA de cada grupo de rendimento. Além disso, calculou-se o percentual da PEA que estava ocupada, tendo como parâmetros as idades da PEA.

## DESIGUALDADES NO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL: UM OLHAR NA PERSPECTIVA DOS MUNICÍPIOS DESENVOLVIDOS E EM CRESCIMENTO ECONÔMICO

Quando se pensa no mercado de trabalho e na sua aceleração, têm-se que o crescimento econômico é o seu principal impulsionador. De certa maneira isso é verdadeiro, pois para se ter crescimento econômico, a produção de bens e serviços precisa ser intensificada, e a expectativa é que isso acarrete em maior nível de emprego e de salários.

Parcialmente, comprova-se tais argumentos por meio da Tabela 1, na qual se visualiza um salário do mercado formal – tanto para os homens como para as mulheres – maior para o grupo de municípios que estão em crescimento econômico do que os que estão em desenvolvimento. Isso significa que nos municípios com crescimento se tem um dinamismo produtivo mais acelerado, formando uma renda maior no mercado de trabalho formal<sup>1</sup>.

A questão é que ter um dinamismo econômico pode elevar o nível de emprego e da renda, mas não necessariamente se produz uma diminuição das desigualdades entre os indivíduos desse mercado. Os dados da Tabela 1 ratificam isso, em que, a diferença entre o salário dos homens *versus* os das mulheres do grupo dos municípios em crescimento corresponde à 24,8%, enquanto que no grupo

<sup>1</sup> Importante ressaltar que todos os resultados do mercado de trabalho formal usados nesta pesquisa foram obtidos da RAIS (Relações Anual de Informações Sociais). Todos os anos, as empresas são obrigadas a transmitir ao Governo Federal informações sobre seus trabalhadores (renda, escolaridade, idade, profissão, etc). Nesse sentido, apenas as empresas formais fazem essa declaração, não abrangendo o mercado de trabalho informal do país.

dos desenvolvidos essa diferença é de 19,8%. Ou seja, a desigualdade de renda entre os trabalhadores e trabalhadoras é maior nos municípios que se tem apenas o crescimento econômico.

**Tabela 1:** Salário médio dos homens e mulheres (mercado formal) e a variação entre eles - 2016

GRUPO DE MUNICÍPIOS	SALÁRIO MÉDIO		VARIÇÃO (a)/(b) (%)
	Homens (a)	Mulheres (b)	
Desenvolvidos	2.4	2.0	19.8
Em Crescimento econômico	2.6	2.1	24.8

**Fonte:** RAIS, com dados organizados pela pesquisa (2019).

Outros dados acerca do percentual de homens e mulheres que recebem até dois salários mínimos no mercado formal confirmam essa desigualdade (Tabela 2). Tanto entre o grupo dos desenvolvidos como também nos que estão em crescimento, se tem um percentual maior de mulheres recebendo até dois salários do que entre os homens; entretanto, para os que estão em crescimento econômico, a diferença desse percentual é maior, reiterando a desigualdade mais intensa nesse grupo.

Além disso, se analisar o percentual dos trabalhadores que ganham acima de cinco salários, a diferença entre homens e mulheres é maior exatamente entre o grupo de municípios em crescimento econômico. Portanto, no que se refere à desigualdade de gênero no mercado de trabalho, existe uma superioridade entre os municípios que estão em crescimento econômico.

**Tabela 2:** Percentual de trabalhadores que ganham até dois salários e percentual dos que ganham mais de cinco salários - mercado formal - variação entre homens e mulheres – por gênero - 2016

GRUPO DE MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE TRABALHADORES COM SALÁRIO IGUAL OU INFERIOR A DOIS SALÁRIOS		VARIÇÃO a/b (%)	PERCENTUAL QUE GANHA MAIS QUE CINCO SALÁRIOS		VARIÇÃO c/d (%)
	Homens (a)	Mulheres (b)		Homens	Mulheres	
Desenvolvidos	56.19	69.98	-19.70	5.45	3.79	43.72
Em Crescimento	49.88	66.24	-24.69	7.59	5.00	51.72

**Fonte:** RAIS, com dados organizados pela pesquisa (2019).

Na Tabela 3 tem-se os dados acerca da População Economicamente Ativa (PEA) e a sua participação em classes de rendimentos. O grupo dos municípios em crescimento apresentou um percentual maior da população nos extratos menores de renda (sem rendimento, até meio salário mínimo e até um salário), enquanto que, nos rendimentos superiores, existia uma preeminência da PEA do grupo dos municípios em desenvolvimento.

Destarte, quando se considera o rendimento de todos os trabalhos (e não apenas do mercado formal), o grupo de municípios desenvolvidos se apresenta com maior renda média, concentrando relativamente menos pessoas nos menores rendimentos, evidenciando uma menor discrepância salarial.

**Tabela 3:** Percentual da população economicamente ativa ocupada por classe de rendimento nominal mensal (salário mínimo) – grupos dos municípios desenvolvidos e dos em crescimento econômico - 2010

Classe de rendimento	Desenvolvidos (a)	Em crescimento (b)	Varição (a/b)
Sem rendimento	6.12	8.98	-31.81
Até ½	5.10	7.21	-29.29
Mais de 1/2 a 1	20.21	23.42	-13.69
Mais de 1 a 2	38.90	34.37	13.17
Mais de 2 a 5	22.35	19.74	13.23
Mais de 5 a 10	5.26	4.47	17.69
Mais de 10 a 20	1.43	1.24	15.87
Mais de 20	0.62	0.57	9.20

**Fonte:** IBGE, com dados organizados pela pesquisa (2019).

Ao mesmo tempo, quando se analisa o nível de ocupação (Tabela 4), tem-se um percentual médio maior para os municípios desenvolvidos, com 61,72% da população ocupada, enquanto que nos municípios em crescimento o percentual era de 56,52%.

Ao analisar o grupo de jovens (18 a 24 anos), o percentual médio de ocupação novamente foi superior para o grupo dos desenvolvidos, com uma diferença favorável de aproximadamente 7%. É importante destacar que para esse grupo tem-se uma dificuldade maior de adentrar no mercado de trabalho exatamente por não terem experiência, e os dados revelam um cenário relativamente mais favorável para os municípios desenvolvidos.

No geral, em todos os grupos de idade da PEA do Brasil, tem-se no estudo um percentual de ocupados maior nos municípios em desenvolvimento do que nos em crescimento. Isso complementa análises anteriores demonstrando que, na média, os municípios com maior desenvolvimento detêm um mercado de trabalho mais igualitário para sua população, embora tenha um mercado formal com menores rendas.

**Tabela 4:** Nível de ocupação\* – Percentual – média para os municípios desenvolvidos e em crescimento - 2010

Grupo de indivíduos	Desenvolvidos (a)	Em crescimento (b)	Varição (a/b) (%)
Total	61.72	56.52	13.47
18 ou 19 anos	65.29	57.55	7.97
20 a 24 anos	75.86	70.26	7.01
25 a 29 anos	82.16	76.77	5.75
30 a 34 anos	83.10	78.58	5.18
35 a 39 anos	83.15	79.05	4.88
40 a 44 anos	82.05	78.23	4.80
45 a 49 anos	79.05	75.43	4.62
50 a 54 anos	72.22	69.03	4.49
55 a 59 anos	62.09	59.42	4.05
60 a 69 anos	41.17	39.56	4.07

(\*) Proporção de pessoas ocupadas em relação à população em idade ativa

**Fonte:** IBGE, com dados organizados pela pesquisa (2019).

E por que se tem essa maior igualdade? Uma das possíveis respostas está no avanço multidimensional que se auge quando se busca o desenvolvimento socioeconômico, elevando não apenas as oportunidades de emprego e renda, mas alterando positivamente as características sociais da população. Um dos exemplos está no melhoramento da escolaridade da mão de obra, a qual quando é intensificada abre oportunidade para todos e não apenas para alguns.

Na Tabela 5 tem-se os dados acerca da escolaridade dos trabalhadores formais. O que se percebe é uma superioridade de anos médios de estudos para os municípios desenvolvidos. Além disso, o percentual de analfabetos é bem menor, ao passo que, tem-se um maior percentual de trabalhadores com classes de ensino mais avançada (ensino médio e superior).

Neste sentido, o acesso da população como um todo ao ensino acaba por transformar positivamente a capacidade dos trabalhadores de uma região ou país de se adaptarem aos mercados fragmentados, bem como às mudanças nas formas de competição e ao avanço tecnológico e, dessa forma asseguram que o crescimento econômico se traduza também em melhoria nos padrões de vida da população e competitividade, além de alcançar o desenvolvimento.

**Tabela 5:** Escolaridade e percentual de classes de escolaridade dos trabalhadores do mercado formal – por grupo de municípios em desenvolvimento e em crescimento - 2016

	Desenvolvimento	Em crescimento econ.
Escolaridade média	11.15	10.61
Percentual de analfabeto	0.35	0.79
Percentual com ensino fundamental completo	11.20	11.25
Percentual com ensino médio completo	45.22	41.47
Percentual com ensino superior completo	13.90	12.24

**Fonte:** RAIS, com dados organizados pela pesquisa (2019).

Mas, então, se esses municípios desenvolvidos, na média, detêm uma maior formação de capital humano não era de se esperar que no mercado formal (Tabela 1) também apresentassem salários maiores? Não necessariamente. Quando se tem uma média de escolaridade maior pode significar dois fenômenos: 1) que se tem uma maioria de trabalhadores com maior qualificação e então essa maioria pode estar recebendo salários maiores, mas não tão exorbitantes, por ser uma maioria com oferta de mão-de-obra qualificada; 2) uma pequena parte da população detém mão-de-obra qualificada e esta, por ter essa especificidade (maior capital humano), ganha salários significativamente mais elevados.

Provavelmente, nos municípios desenvolvidos predomina a primeira explicação, dado que esse grupo apresenta maior escolaridade, detém salários menores no mercado formal, e tem uma desigualdade menor, e nos municípios em crescimento provavelmente predomina a opção dois, com escolaridade média um pouco menor, mas apresentando salários médios maiores (porque provavelmente poucos com maior formação de capital humano puxam esses valores), tendo uma maior desigualdade.

A análise acima é corroborada pelos estudos de Kuznets (1955) e de Langoni (1973), que consideram que a concentração de renda decorria do acelerado processo de desenvolvimento que, gerava uma demanda por mão-de-obra qualificada, cuja oferta não se encontrava disponível no mercado de trabalho. Assim sendo, os retornos mais elevados para os ocupados de maior qualificação davam-se em detrimento da maioria da população com pouca escolaridade e qualificação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a relação entre as desigualdades do mercado de trabalho *versus* o crescimento econômico e o desenvolvimento socioeconômico. Para isso, inicialmente foram separados os municípios do Brasil em crescimento econômico (aqueles que obtiveram PIB *per capita* acima da média do país e que não tinham índice Firjan acima de 0,79) e em desenvolvidos (municípios que não tinham PIB *per capita* acima da média do país, mas tinham Índice Firjan acima de 0,79), analisando as desigualdades do mercado de trabalho.

Os resultados são claros quanto à menor desigualdade que se tem no mercado de trabalho (formal e informal) daqueles municípios que buscam o desenvolvimento socioeconômico. A busca, neste caso, não é apenas pela produção, sendo essa uma dimensão importante, mas não exclusiva para gerar igualdades de oportunidade. Se a busca for apenas pela produção, sem considerar a concentração dos fatores de produção, com a centralidade das atividades, o resultado pode ser um vazamento de renda, beneficiando apenas parte da população local, com alguns ganhando significativamente mais e muitos recebendo valores inferiores.

Por isso, se a busca é por uma maior igualdade de oportunidades e de renda no mercado de trabalho, a construção das políticas públicas deve ser pautada no progresso de diferentes frentes, com o objetivo multidimensional do desenvolvimento local, e não apenas a dimensão econômica. Preparar a PEA, formando-a, dando-a oportunidades reais de ingresso nos postos de trabalho, é a melhor maneira de se diminuir as desigualdades laborais.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, G. S. Human capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education, University of Chicago, Chicago, 1993.
- BOISIER, S. Desarrollo (Local): De que estamos hablando? In: Transformaciones globales ,instituciones y políticas de desarrollo local. Rosário: Editoria Homo Sapiens, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento e crise no Brasil. São Paulo: Zahar, 2003.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (Cepal). Cambio estructural para la igualdad: Uma visión integrada del desarrollo. San Salvador, 2012. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/tipo> . Acesso em abril de 2019.
- \_\_\_\_\_ (Cepal). A hora da igualdade: Brechas por cerrar, caminhos por abrir. Brasília: Cepal, 2010. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/21189> . Acesso em abril de 2019.
- FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. São Paulo: Saraiva. 2001.
- FIRJAN - ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em abril de 2019.
- FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1993.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- \_\_\_\_\_ Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html>? Acesso em Abril de 2019.

GENEREUX, J. Les vraies lois de l'economie. Paris: Seuil, 2001.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. American Economic Review, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.

LANGONI, C. G. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005 [1973].

LEITE, M. P.; SALAS, C. Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1 2012.

MINCER, J. B. Schooling, experience and earnings. New York: NBER, 1974.

MUKHERJEE, S.; CHAKRABORTY, D. Is there any relationship between Economic Growth and Human Development? Evidence from Indian States. 2010. Disponível em: <[https://mpra.ub.uni-muenchen.de/22997/1/MPRA\\_paper\\_22997.pdf](https://mpra.ub.uni-muenchen.de/22997/1/MPRA_paper_22997.pdf)>. Acesso em out. 2019.

PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/about> Acesso em maio de 2019.

POCHMANN, M. IE/Unicamp. mar/2017. Disponível em: <file:///E:/Marcio%20Pochmann%20040417.pdf>. Acesso em abril de 2019.

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em: [http://www.rais.gov.br/sitio/rais\\_ftp](http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp). Acesso em maio de 2019.

RIVERO, P. Conferência: desigualdades sociais no mercado de trabalho – as políticas do possível. Anais da 62ª Reunião Anual da SBPC - Natal, RN - Julho/2010.

SACHS, I. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, N.; FARIA, A; DALLEMOLE, D.; MANSO, J. Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013.

INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 3, p. 169-182, jul./set. 2017.

SANT'ANA, M. The evolution of the concept of development: from economic growth to human development. Inter-University Attraction Pole VI/06, mai. 2008.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico crítica: Primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SZIRMAI, A. Dynamics of socio-economic development: an introduction. UK: Cambridge University Press, p. 1-34, 2005.

SEERS, D. The meaning of development. Revista brasileira de economia, Rio de Janeiro, v.24, n. 3, p.5-50, jul/set. 1970.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SCHULTZ, T. Capital Humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. O capital humano. Investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973 [1971].

\_\_\_\_\_. O valor econômico da educação. Tradução de P. S. Werneck. Revisão técnica de Calogeras A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SMITH, A. (1776). A Riqueza das Nações. Os Economistas. Ed. Victor Civita, 2008.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1999.

SUNKEL, O.; PAZ. El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. 22. ed. México: Siglo XX Editores, 1988.

VERHINE, R. E. Educação e mercado de trabalho: implicações teóricas de dados baianos. Revista da FAEEBA, Salvador, v. 4, n. 4, p. 25-38, jul./dez., 1995.